



PARECER PRÉVIO Nº 37/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11552/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Pedro Macário Barboza (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Denise da Silva Sales – OAB/AM 15852, Maria de Cassia Rabelo de Souza – OAB/AM 2736, Sarah Lima de Souza – OAB/AM 15678 e Natália Di Paula Araújo de Aquino – OAB/AM 8177.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1141/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Jutai, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. **Pedro Macário Barboza**, Prefeito Municipal de Jutai e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.



PARECER PRÉVIO Nº 37/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o voto do Relator Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior que votou pela emissão do Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas do Gestor, com determinações, ciência ao interessado e posterior arquivamento.

- 11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 12 de Julho de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Presidente, em sessão.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Redatora

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 37/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11552/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Pedro Macário Barboza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Denise da Silva Sales – OAB/AM 15852, Maria de Cassia Rabelo de Souza – OAB/AM 2736, Sarah Lima de Souza – OAB/AM 15678 e Natália Di Paula Araújo de Aquino – OAB/AM 8177.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1141/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2018.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do processo, à Câmara Municipal de Jutai, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 06 apresentados pela DICOP; e de 07 a 41 apresentados pela DICAMI, listados na fundamentação do Relatório/Voto.



ACÓRDÃO Nº 37/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho dos autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Jutai e à Prefeitura Municipal.

- 11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 12 de Julho de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão) Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos , Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira- Redatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral